

Ecologia da desinformação: um determinante social que fragiliza o cuidado à saúde

» VALÉRIA MENDONÇA, NATÁLIA FERNANDES E FÁTIMA SOUSA
Professoras da Universidade de Brasília (UnB), coordenam o Laboratório de Educação, Informação e Comunicação em Saúde da UnB (ECoS)



Primária à Saúde (APS) em 10 países em 2025. No Brasil, o estudo revela que a desinformação não é apenas um ruído digital, mas uma barreira que compromete processos decisórios e a saúde das comunidades.

A pesquisa já ouviu 1.982 pessoas em 10 países, sendo 1.071 no Brasil e 911 distribuídas entre Angola, Argentina, Cabo Verde, Colômbia, Espanha, México, Moçambique, Peru e Portugal. Em 2026, ainda fará entrevistas no Chile, em Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe.

Dos 1.071 entrevistados nas cinco regiões, a maioria é de mulheres (873), com média de idade de 39,5 anos e experiência de 16,4 anos de atuação na APS. As categorias profissionais foram enfermeiros, agentes comunitários de saúde, técnicos de enfermagem e médicos, além de odontólogos, auxiliares ou técnicos em saúde bucal, agentes de combate às endemias, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, assistentes sociais, psicólogos, fonoaudiólogos e profissionais de outras áreas, considerados o coração do SUS, mas também expostos ao risco digital.

O estudo indica que, embora consultem fontes oficiais, como o Ministério da Saúde (61,7%), outros ainda recorrem ao Google e a redes sociais para tirar dúvidas. No entanto, a resiliência brasileira chega a 31% dos que afirmam apagar e alertar quem compartilha informações falsas, uma das maiores posturas ativas registradas.

O estudo estendeu-se para além das fronteiras brasileiras, mapeando o Risco de Desinformação em uma escala de 0 a 10, e os resultados mostram que o desafio é heterogêneo. Argentina teve maior risco médio de desinformação, especialmente no Facebook e Instagram, destacando que a polarização política e a desconfiança institucional intensificam a propagação de conteúdos enganosos. A Espanha, apesar dos altos níveis de literacia em saúde, enfrenta um risco elevado em temas como vacinação. Enquanto isso, a Colômbia, foi classificada na faixa de alto

risco. Brasil e Peru estão em médio risco, mas que exige vigilância constante; Portugal, México e Angola registraram os menores índices de risco entre os países analisados.

Outra revelação é a percepção da qualidade das fontes oficiais. O Brasil apresentou o maior score de avaliação (média de 4,18), superando o Peru (4,03) e a Espanha (3,89). Isso mostra que os profissionais brasileiros confiam e valorizam as informações provenientes de órgãos oficiais, embora identifiquem a necessidade de melhorias na navegabilidade e atualização dos portais.

Em Angola e Cabo Verde, o enfermeiro e o médico de família prevalecem como fontes primárias, com foco na integração do WhatsApp para comunicação entre equipes. Já em Moçambique, o desafio é estrutural, pois necessita fortalecer a resiliência das infraestruturas de saúde contra eventos climáticos e falta de insumos.

O enfrentamento à desinformação requer fortalecimento da literacia digital para que o profissional de saúde siga como âncora de confiança da comunidade. Para que o Brasil e seus parceiros internacionais vençam a narrativa das notícias falsas, orienta-se a capacitação em literacia midiática, fortalecimento da comunicação territorial que traduza a ciência em linguagem simples e o uso ético da tecnologia, em especial da IA integrando ferramentas de monitoramento para identificar perfis desinformativos em tempo real.

A desinformação em saúde é um fenômeno complexo que afeta das metrópoles às comunidades rurais da Argentina ou de Angola. A pesquisa confirma que temos uma rede de profissionais potentes, mas que o sistema de saúde precisa reforçar a segurança de seus ambientes de compartilhamento. A saúde pública no século 21 não se faz apenas com medicamentos, mas com a reconstrução das pontes de confiança entre a ciência e o cidadão. Para tanto, faz-se necessário que o Estado reconheça o ambiente informacional como um determinante social da saúde.

O jogo mudou para a carne bovina brasileira

» ROBERTO PEROSA
Presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec), foi secretário de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura e Pecuária



O setor de carne bovina brasileiro entra no segundo trimestre de 2026 já sob efeito direto de um novo ambiente internacional. Não se trata mais de expectativa de risco. O impacto está em curso.

Depois de dois anos consecutivos de resultados históricos, o Brasil consolidou sua posição como principal fornecedor internacional de carne bovina. Em 2025, produzimos 12,35 milhões de toneladas e exportamos cerca de 3,5 milhões, respondendo por aproximadamente 25% do comércio internacional.

Esse desempenho foi sustentado por ganhos consistentes de produtividade. O rebanho brasileiro segue como o maior comercial do mundo, enquanto a intensificação dos sistemas produtivos elevou a taxa de desfrute para 24,4% e ampliou a eficiência no uso da terra, mesmo com redução da área de pastagens. A pecuária está presente em mais de 5 mil municípios e tem papel direto na geração de renda, emprego e atividade econômica no interior do país.

O ponto de inflexão não está dentro da porteira. Está no mercado. A imposição de cotas pela China neste ano, destino de 47,8% das exportações brasileiras, deixou de ser uma incerteza e passou a ser uma variável concreta de gestão. Com parcela relevante da cota já comprometida e perspectiva de esgotamento antecipado, o setor passa a operar com foco no pós-China.

A pergunta mudou. De quanto exportar para a China para como administrar o excedente. Estamos falando de um volume expressivo, construído ao longo dos últimos anos com base em previsibilidade de demanda. Em 2025, as exportações cresceram mais de 20% em volume, ampliando a dependência de grandes mercados. A redução desse fluxo não encontra, no curto prazo, mercados substitutos na mesma escala.

Esse descompasso cria um risco claro. Aceleração de embarques no primeiro semestre, seguida de pressão no segundo. Sem previsibilidade, o impacto tende a se refletir na formação de preços e nas margens ao longo da cadeia. E é importante ser direto: esse impacto ainda não apareceu por completo. Só temos uma certeza, ele virá.

Ao mesmo tempo, o componente geopolítico ganhou peso definitivo. O aumento dos custos logísticos, impulsionado por tensões em rotas estratégicas, já afeta a competitividade do produto brasileiro. O frete deixou de ser apenas custo operacional e passou a ser variável de risco, com efeito imediato em um setor de alto volume e margens ajustadas.

Esse cenário se intensifica com o agravamento de conflitos no Oriente Médio. A elevação dos prêmios de seguro marítimo, a instabilidade em rotas e a possibilidade de reprogramação de compras ampliam a volatilidade e reduzem a previsibilidade das operações.

Além disso, o uso de instrumentos comerciais como salvaguardas, tarifas e investigações segue em expansão. O comércio internacional de alimentos está mais sensível, mais reativo e menos previsível. Hoje, produzir bem é pré-requisito. Competir exige estratégia.

Apesar desse ambiente mais complexo, os fundamentos seguem sólidos. Há um déficit global de carne bovina em formação. O Brasil assumiu, em 2025, a posição de maior produtor mundial, enquanto os Estados Unidos enfrentam retração estrutural do rebanho. Ao mesmo tempo, a demanda internacional segue crescente, especialmente na Ásia. A China consome mais de 11 milhões de toneladas ao ano, e há um déficit próximo de 1,6 milhão de toneladas em economias relevantes.

O desafio, portanto, não é de demanda, mas de transição. A diversificação de destinos deixou de ser agenda de médio prazo e passou a ser necessidade operacional. Em 2025, a carne bovina brasileira chegou a 177 países, evidenciando ampliação de mercados. Ainda assim, a absorção de grandes volumes exige tempo.

Não existe substituição imediata para a China. Existe construção de mercado. O avanço das negociações para abertura de mercados como Japão, Coreia do Sul e Turquia, a consolidação do Vietnã e o crescimento em países como a Indonésia ganham ainda mais relevância.

Mas esses movimentos não ocorrem na mesma velocidade em que grandes compradores ajustam sua demanda. Por isso, a agenda estratégica precisa avançar em duas frentes simultâneas: ampliação de mercados e gestão de risco.

A pecuária brasileira evoluiu de forma consistente nas últimas décadas. A produção cresceu mais de 40% desde 2005, com ganhos de eficiência, tecnologia e padronização. Agora, entra em uma fase mais exigente. Eficiência sem estratégia não sustenta crescimento.

O jogo do comércio internacional mudou. E o Brasil, como protagonista, precisa se adaptar com a mesma velocidade com que cresceu. O jogo está do nosso lado, mas não se ganha no automático. É preciso jogar na racionalidade, com base em números e com visão estratégica.

Kleber Sales/CB/D.A.Press



No trânsito, enxergar o outro é salvar vidas

» PAULO GUIMARÃES
CEO do Observatório Nacional de Segurança Viária, formado em engenharia civil, especialista em gestão e normatização de trânsito e mobilidade segura



natureza — faz parte da dinâmica do trânsito e das interações sociais. O que não pode fazer parte dessa dinâmica é a morte como consequência do erro.

Nos últimos anos, banalizamos um raciocínio perigoso e socialmente aceito. Quantas vezes ouvimos — ou até mesmo reproduzimos — frases como: “Foi atropelado... mas também atravessou fora da faixa”; “Caiu de moto... mas também andava em alta velocidade”; “Foi atingido... mas também não estava na ciclovia”. Essa lógica transfere, de forma quase automática, a responsabilidade para a vítima. E, ao fazer isso, desumaniza o problema, simplifica uma questão complexa e enfraquece qualquer esforço consistente de prevenção.

O princípio fundamental da segurança viária é simples, mas exige compromisso: o erro pode acontecer, mas a morte não pode ser a consequência. Sistemas seguros são desenhados justamente para absorver falhas humanas — previsíveis e inevitáveis — sem que elas resultem em tragédias irreversíveis. Esse é o ponto de partida para qualquer transformação real. Isso exige mudança de comportamento: individual e coletiva — e um compromisso genuíno com a preservação da vida.

Para quem dirige, enxergar o outro começa por reduzir a velocidade, especialmente em áreas urbanas, onde há maior interação entre diferentes usuários da via. A velocidade não é apenas um número no painel: é o fator que, na prática, define se alguém vive ou morre em um sinistro. É também reconhecer os próprios limites de percepção, estar

atento aos pontos cegos, manter distância segura e respeitar a travessia — lembrando que, fora do veículo, não há qualquer proteção.

Para quem pilota uma motocicleta, enxergar significa reconhecer a própria exposição. Na moto, o corpo é a carroceria. Controlar a velocidade, evitar decisões impulsivas, posicionar-se de forma visível e utilizar equipamentos adequados não são escolhas individuais isoladas, são atitudes consistentes que reduzem drasticamente o risco de morte e aumentam a previsibilidade no trânsito.

Para ciclistas, a segurança passa por enxergar o ambiente e, ao mesmo tempo, tornar-se visível para os demais. Iluminação, sinalização e previsibilidade são elementos essenciais, sobretudo em um sistema ainda pouco preparado para integrar, de forma equilibrada, diferentes modos de transporte e garantir convivência segura entre eles.

E mesmo o pedestre, que tem prioridade legal, precisa compreender sua vulnerabilidade física. Atravessar com atenção, evitar distrações, respeitar os tempos semafóricos e buscar contato visual com motoristas são atitudes simples, mas fundamentais, que podem salvar vidas e deixar o trânsito mais seguro.

No fundo, todas essas recomendações convergem para um mesmo ponto: parar de procurar culpados e começar, de fato, a proteger vidas. Porque, no trânsito, olhar não é suficiente. É preciso enxergar. E, quando enxergamos de verdade, entendemos que ninguém deve morrer por um erro — nem o seu, nem o do outro.